

## IMPLICAÇÕES DAS MIGRAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO POVO INDÍGENA TRUKÁ

IMPLICATIONS OF MIGRATION ON THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF THE TRUKÁ INDIGENOUS PEOPLE

IMPLICACIONES DE LA MIGRACIÓN EN EL DESARROLLO ECONÓMICO DEL PUEBLO INDÍGENA TRUKÁ

### Artenizia Luiza da Silva Pereira

Discente de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro, Bahia, Brasil.

Orcid.: <https://orcid.org/0000-000238052901>.

Email: artenzialuizadaspereira@gmail.com

### Anna Christina Freire Barbosa

Dr<sup>a</sup> em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro, Bahia, Brasil.

Orcid.: <https://orcid.org/0000-0001-3507-0828>.

E-mail: acbarbosa@uneb.br

### Roberto Remígio Florêncio

Dr. em Educação. Docente do Instituto Federal de Educação – Sertão Pernambucano (IFSERTÃO), campus Petrolina Zona Rural, Pernambuco, Brasil.

Orcid.: <https://orcid.org/0000-0003-3590-9022>

Email: betoremigio@yahoo.com.br

### Carlos Alberto Batista Santos

Dr. em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH), Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais (DTCS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Juazeiro, Bahia, Brasil).

Orcid.: <https://orcid.org/0000-0002-2049-5237>.

Email: cabsantos@yahoo.com.br

### RESUMO

As movimentações migratórias ao longo do tempo, são responsáveis por grandes transformações no ambiente sociocultural e econômico dos povos tradicionais. O objetivo deste trabalho é compreender como se deram as migrações indígenas nos contextos históricos brasileiros do sertão semiárido pernambucano, no povo Truká. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão de literatura narrativa, com foco em livro, revistas nas plataformas CAPES, LIVIVO e Google Scholar. Identificou-se que as migrações nos povos indígenas, é surgiu pelo forçamento, devido às invasões que ocorreram no século XV e perdura até os dias atuais. Garantir a sustentabilidade territorial das populações tradicionais, respeitando suas culturas e vivências demonstra-se essencial a resolução das problemáticas contemporâneas indígenas.

**Palavras-Chave:** Migrações indígenas; Povo Truká; Sociedade e economia.

### ABSTRACT

Migratory movements over time are responsible for major transformations in the sociocultural and economic environment of traditional peoples. The objective of this work is to understand how indigenous migrations took place in the Brazilian historical contexts of the semi-arid hinterland of Pernambuco, among the Truká people. It was carried out through a narrative literature review, focusing on books, magazines on CAPES, LIVIVO and Google Scholar platforms. It was identified that migrations in indigenous peoples, is arose by forcing, due to the invasions that occurred in the fifteenth century and lasts until the present day. Ensuring the territorial sustainability of traditional populations, respecting their cultures and experiences, is essential for solving contemporary indigenous problems.

**Keywords:** Indigenous migrations; Truká people; Society and economy.

## RESUMEN

Los movimientos migratorios a lo largo del tiempo son responsables de importantes transformaciones en el entorno sociocultural y económico de los pueblos tradicionales. El objetivo de este trabajo es comprender cómo se produjeron las migraciones indígenas en los contextos históricos brasileños del interior semiárido de Pernambuco, entre el pueblo Truká. Se llevó a cabo a través de una revisión de literatura narrativa, con foco en libros, revistas en las plataformas CAPES, LIVIVO y Google Scholar. Se identificó que las migraciones en los pueblos indígenas, se presenta por fuerza, debido a las invasiones ocurridas en el siglo XV y se prolonga hasta la actualidad. Asegurar la sostenibilidad territorial de las poblaciones tradicionales, respetando sus culturas y experiencias, es fundamental para la solución de los problemas indígenas contemporáneos.

**Palabras clave:** Migraciones indígenas; Pueblo Truká; Sociedad y economía.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, discorremos sobre o processo migratório indígena, a migração indígena Truká e sua relação com o desenvolvimento econômico vivenciado mediante interesses das sociedades não-indígenas.

A relação do homem com a palavra ‘desenvolvimento’ não é recente e permanece envolta no desejo de crescer e expandir fronteiras, buscar novas rotas comerciais, entre outros termos evidenciados na historiografia mundial, termos esses que não são estranhos aos ouvidos ou olhares de todos. Mas, é preciso compreender melhor o mundo em que vivemos e as lacunas que o tempo apagou ou não escreveu, e as migrações indígenas fazem parte destas relações através das quais se busca compreender a percepção sobre desenvolvimento e o mundo que nos cerca (SACHS, 2010).

O processo migratório indígena até o século XIV, era dado por causas endógenas, pois com o intuito de se alimentar e pelo conhecimento natural dos espaços de convivência, os povos indígenas realizavam deslocamentos comuns às comunidades nômades primitivas.

Este é um estudo de revisão de literatura em torno do tema migrações e desenvolvimento com o objetivo de compreender como se deram as migrações indígenas

nos contextos históricos brasileiros e em particular nos territórios habitados pelos povos tradicionais do sertão semiárido pernambucano, especificamente o povo Truká.

Os estudos basearam-se em periódicos indexados na Plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), bem como na base de Dados da LIVIVO e no Google Scholar. Para cada base de dados foram utilizadas as palavras chaves: “impactos”, “migrações”, “desenvolvimento” e “Truká”, após uso dos operadores booleanos (and), restaram 268 trabalhos. Como critério de inclusão, foram incorporados livros e revistas pertinentes à temática estabelecida, foram excluídos aqueles artigos e teses fora dos objetivos do estudo.

A técnica de revisão da literatura aqui utilizada é conhecida como Revisão Narrativa, alicerçada no uso de métodos que visam a busca de um assunto específico em acervos da literatura (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011), utilizada por Santos e Santos (2022), enquanto instrumento capaz de descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual, a partir da coleta da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004), possibilitando a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo (ROTHER, 2007).

Com isso, pretendesse compreender como se deram as migrações indígenas nos contextos históricos brasileiros e em particular nos territórios habitados pelos povos tradicionais do sertão semiárido pernambucano, especialmente no povo Truká.

## **Migrações indígenas**

Segundo Gomes (2022) a chegada dos europeus que, para expandirem suas fronteiras, utilizaram como força de trabalho mão de obra indígena escravizada a partir do final do século XVI, modificaria a vida dos indígenas. Essa tática não foi assertiva no sentido de conseguir manter a escravidão indígena, mas produziu reação imediata no fluxo migratório destas populações que, com o passar do tempo, se confrontarão com inúmeros embates acerca das consequências de um dito desenvolvimento nacional, com base em políticas de cunho econômico exploratório e de ocupação não indígena (GALVÃO 1979; GOMES, 2022).

Em meio a diversas questões fruto das migrações, irá surgir no século XX um processo de lutas e retomadas territoriais no Nordeste intitulado de emergência étnica, movimento que marcou o ressurgimento de vários povos indígenas. Se caracteriza pela reorganização social e política de povos que em outros momentos foram forçados a se retirarem de seus territórios, e que de forma coletiva lutam para terem seus espaços de volta e/ou para preservarem estes espaços, de invasões ou interesses contrários a suas tradições e vivências (MONTEIRO, 1995).

A forma de pensar desenvolvimento para os não-indígenas é essencialmente diferente dos povos nativos, pois, embora estes vivessem uma tecnologia avançada da domesticação de plantas, animais e reconhecimento territorial, não sentiam necessidade de acúmulo, diferente das sociedades com as quais foram confrontados (GALVÃO, 1979).

Segundo Fausto (2001), algumas leis já existiam no final do século XVI contra a escravidão indígena, porém, como é possível perceber, não eram cumpridas, uma vez que a colônia estaria em plena expansão e a principal ordem era a de exploração, sob os ideais de ocupar e produzir lucros. Essa dinâmica exploratória trouxe uma invisibilidade às vivências dos povos desse período e assim a necessidade de compreender os contextos migratórios aos quais esses foram envolvidos.

O contato com o não-índio não foi afável, seus territórios estariam sendo invadidos, e os povos em questão estariam sendo escravizados para fins desenvolvimentistas da metrópole, uma vez que o Brasil ainda era colônia de Portugal. Essas migrações criaram novos cenários sociais demográficos, políticos e culturais destes povos e do país.

As Capitanias Hereditárias vão ser uma mostra da forma com que a Coroa Portuguesa decidiu administrar as terras da América Portuguesa, temendo não os indígenas e sim as invasões de outros povos europeus. A tática limitou a entrada de outros países, mas evidenciou as lutas e movimentações indígenas nas batalhas pela reconquista territorial ou, pelo menos, pela sobrevivência.

Reconhecendo a história da “formação” inicial da nação brasileira, uma questão torna-se essencial para a compreensão dos processos migratórios no território: Quais os reais motivos para que somente duas das quinze Capitanias Hereditárias tivessem dado certo, com o êxito que Portugal exigia? (FAUSTO, 2001; CAVALCANTE, 2001; CARVALHO, 2021).

É necessário destacar que essas migrações não tinham mais concentração no norte do país, estariam evidenciadas em todo o território brasileiro, em grande e pequenas escalas.

Outra questão revelada, foram as migrações por conta das missões religiosas no século XVIII, nas quais os indígenas estavam ora servindo como fiéis, ora como escravos nas construções de templos religiosos, submetidos a uma nova onda de catequização.

Um processo de secularização das missões avançou sob a perspectiva de se criar as chamadas “muralhas do sertão”: índios transformados em colonos e/ou súditos. Em 1757 o sistema das missões jesuíticas é extinto, sendo criados os *Diretórios Pombalinos*, pelo então Governador Mendonça Furtado. Povoações indígenas de antigos aldeamentos se transformam em vilas, surgindo normas para reger a vida nas vilas com o objetivo de controlar a população indígena (GOMES, 2011, p.9).

A migração evidenciou-se como uma estratégia viável aos povos, pois seus modos de vida eram incondizentes aos impostos pelos europeus que visavam escravizá-los para as demandas da colônia: retirada de madeira, cuidados domésticos, plantios, exploração mineral e reconhecimento territorial.

A saída desses povos de seus territórios físicos e simbólicos marca a busca por uma sobrevivência individual, familiar e cultural. As migrações evidenciaram nessa época as movimentações étnicas que ainda são observadas em todo o território nacional, sendo mais visíveis no Nordeste, com a chamada etnogênese, movimento de afirmação étnica e identitária, que tem como base na luta pela terra, considerada “sagrada”, devido ao vínculo estabelecido com a mesma e ensinado por seus mais velhos (GALVÃO, 1979; BRASIL, 2009; TRUKÁ, 2007; SANTOS, 2016; OLIVEIRA, 1998).

Uma discussão adicional pertinente trazida de maneira implícita no texto de Gomes (2011) é a questão da criminalização indígena, que surge mediante os processos migratórios no final do século XVIII e início do século XIX, pois os indígenas que não aceitaram a escravidão passaram a ser vistos pelo império/estado e colonos como contrários à sociedade vigente, e automaticamente ao desenvolvimento desta.

Fugindo da escravidão e procurando meio de sobrevivência os indígenas ocupavam novos espaços, chamados “mocambos”, formados por pessoas de variados grupos e culturas, incluindo não-indígenas, que cultivavam pequenas plantações, principalmente de mandioca, entre os povos indígenas no Norte e de agriculturas mais mistas no Nordeste.

Além sido, praticavam um sistema de trocas com comunidades vizinhas, mas, ao serem presos tinham suas roças tomadas, para o agrado de alguns senhores de terra, como afirma Gomes (2011).

Atualmente, essa criminalização traz uma nova roupagem, o crime da luta pela terra, que são “praticados” por indígenas em todo o território brasileiro, com uma cortina de sangue e escravidão revestida durante séculos de lutas e resistência destes povos, as armas utilizadas nestes embates são diversas, as utilizadas pelos não indígenas são munidas de leis e justificativas e as indígenas pautadas pelo direito a um lugar de fala e movimentos sociais favoráveis a causa indígena (MONTEIRO, 1995).

Em análise ao tempo de residência dos migrantes no século XX, a pesquisadora Brasil (2009) aponta que esse tempo depende de vários fatores e que envolve muitas dinâmicas nas quais os povos estão envolvidos, como por exemplo o contexto econômico, se está precisando de trabalho para manter a família; social, quando o outro lugar oferece melhores condições de estudos para os jovens; ou cultural, quando é chegado o tempo de estar na aldeia. Nasce nesse ponto sentidos desenvolvimentistas, apontados por uma sociedade (indígena) à luz de ideais internos e externos.

## **Desenvolvimento econômico e vivências indígenas**

Segundo Carvalho, Cardoso e Frota (2022), o período pós-Segunda Guerra Mundial foi a base para o surgimento das teorias de desenvolvimento econômico, sendo este produto do seu tempo, alinhado a condições sociais, econômicas e ideológicas existentes. A história mundial indica que os séculos XVIII e XIX foram marcados por grandes movimentações no cenário econômico, uma vez que a industrialização se firmava e buscava espaços para estabilidade, e o capitalismo construía o acúmulo necessário para sua manutenção, países mais pobres eram base de exploração e mercado consumidor almejado para quem produzia em larga escala.

As novas tecnologias também ganham espaços nesse território competitivo e estimulante, um espaço perfeito para se “desenvolver” economicamente. Desse modo e nesse sentido surgiram as diferenciações entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e

em desenvolvimento, que tinham a economia como índice primário para essa constatação (FURTADO, 1986; CARVALHO, CARDOSO e FROTA, 2022).

Mas afinal o que é desenvolvimento? Desenvolvimento está relacionado a crescimento, porém é preciso compreender que esta temática envolve várias discussões que foram se aprimorando ao longo do tempo. O termo desenvolvimento também se relaciona ao crescimento da atividade econômica, à melhoria das condições de vida da sociedade (saúde, educação, segurança, lazer cultural, esporte) e sustentabilidade;

Assim, a compreensão de desenvolvimento terá incorporada a conotação de crescimento, mas, também, abrangerá e aferirá qualitativamente outras variáveis que estão para além do PIB, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a diminuição das desigualdades, o acesso à cultura, à educação, à saúde, entre outros. Dessa maneira, é reforçada a conotação apresentada por Schumpeter (1911), em que o desenvolvimento é caracterizado como uma mudança estrutural de uma sociedade (CARVALHO; CARDOSO; FROTA, 2022. p. 158/159).

O meio ambiente vai aparecer dentro dos processos de transformações estruturais da sociedade, por meio da percepção de que os recursos naturais são finitos. Ele somente tornou-se pauta de preocupação pelos economistas em meados de 1970 (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010; CARVALHO; CARDOSO; FROTA, 2022).

Não podemos, simultaneamente, preservar a biodiversidade e a beleza natural de regiões intactas e reproduzir o mesmo estilo de desenvolvimento que caracteriza as regiões economicamente mais avançadas (HOGAN, 2005, p. 329).

As dinâmicas de desenvolvimento administradas pelo Estado vão deixando um rastro de descontentamento para os povos indígenas, que veem suas terras e seus entornos sendo tomados por projetos que não fazem parte do seu cotidiano, com danos incalculáveis para a biodiversidade e para os povos nativos.

A terra, que na cosmovisão indígena é a base das relações sociais e espaço para conviver, torna-se recurso a ser maximizado na lógica desenvolvimentista. Assim, diversas terras indígenas passam a ser consideradas indispensáveis para a prosperidade do agronegócio e, por isso, conflitos e violências são praticados contra as comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros (BANIN, 2015, p. 4).

As vivências indígenas são de grande valia para a sociedade, com tradições e experiências ricas de sobrevivência e contato com a natureza, trazem contribuições inegáveis destas relações.

As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. Essas cosmologias não se confundem e nem podem ser contidas dentro da lógica materialista e mercadológica, com a qual estamos habituados (BONIN, 2015, p. 1).

Desde um primeiro contato da sociedade indígena com a não-indígena, era possível perceber as diferenças entre as lógicas cosmológicas e de relações materiais. O Europeu tinha como base a luta por poder, um 'sangue capitalista' bem inflamado em suas veias; os nativos tinham valores como a bravura e o contato natural como se um e outro fossem um só.

A 'bandeira' do crescimento a qualquer custo tem negado aprendizagens nas relações com esses povos, pois em muitas situações são vistos como portadores de culturas primitivas, atrasadas, porém a título de exemplo é possível encontrar na América Central exemplos belíssimos de existências de antepassados desses povos originários como uma sociedade complexa em termos de organização social, construções e tecnologias avançadas. De tratos culturais com a terra, eles fazem parte dos Povos Ameríndios, com história datada de 7000 a.C.

Segundo Sachs (2010), é necessário reverter algumas lógicas às quais somos conviventes, não por ser mais bonito ou correto, mas por ser a única resposta a uma sobrevivência social: é sobre perceber as potencialidades zonais, investir nas potencialidades que o lugar oferece e sanar as possíveis dificuldades, fazendo assim o uso do Ecodesenvolvimento Sustentável.

No entanto, a lógica de mercado ainda sustenta projetos e medidas governamentais marcados por uma lógica na qual tudo se converte em recurso – a natureza, o ser humano, o conhecimento, a criatividade, o trabalho –, tudo pode ser capitalizado para se tornar lucrativo. A expressão mais potente dessa lógica mercantil é a ideia de que só existe uma ordem social desejável, um único modelo de desenvolvimento possível.



No Brasil, os governos, a partir da década de 90, têm investido fortemente nos ajustes econômicos, políticos e sociais do país aos pressupostos do capitalismo neoliberal, alentados pelas promessas de crescimento e de desenvolvimento (BONIN, 2015, p. 2).

Como decorrência disso, nos processos migratórios que os indígenas precisaram enfrentar, muito do que estava sendo desenvolvido de modo material como suas casas, seus roçados e os instrumentos utilizados nestas práticas cotidianas foram danificados, ou até mesmo perdidos, trazendo prejuízos imensuráveis também nos aspectos imateriais, que envolviam suas culturas, línguas e religiões. Atualmente esses povos ainda lutam por sobrevivência, pela posse de suas terras, convivem com novos contextos e são expostos dura sorte por uma questão novamente de sobrevivência, mas permanecem migrando, ainda que com menor intensidade (GOMES, 2022; SANTOS, 2016; SANTOS, SILVA, OLIVEIRA, 2018; MONTEIRO, 1995).

O século XIX foi marcado por muitas inquietações no contexto indígena, porém algumas políticas territoriais vão sendo demarcadas, como a “preservação cultural indígena”, iniciada com a criação do Parque do Xingu, mais tarde irá se expandir para outras áreas territoriais, resguardadas por leis, conforme argumenta Oliveira (1999).

As práticas demarcatórias implantadas no Xingu não foram as mesmas para outros territórios devido aos diversos movimentos históricos e migratórios vivenciados por esses povos ao longo dos séculos. A Constituição de 1988 apontou caminhos e critérios para uma identificação positiva, que pode ser feita com base na territorialidade (OLIVEIRA, 1999).

## **Migrações no contexto Truká**

A história indígena no Nordeste tem sido marcada por um contexto de lutas e resistência que perpassa por uma construção de saberes, envolvidos em contextos políticos, econômicos, culturais e sociais. O indígena no Nordeste traz em suas lutas marcas de processos migratórios forçados que, no olhar de historiadores e etnógrafos, iniciam com a vinda de não-indígenas para o território, deixando um rastro de perdas que atualmente é inegável a essas sociedades, mas que também vão se reelaborando e se fortalecendo em sentidos coletivos de identidade e territorialidade (OLIVEIRA, 1999).

O povo Indígena Truká vive na ilha de Assunção, no município de Cabrobó, em Pernambuco, e as relações com este território datam de mais de 300 anos, sendo citado em várias passagens históricas de contato com a sociedade não-indígena e no enfrentamento na luta pelo território. As terras, identificadas como Arquipélago de Assunção, no rio São Francisco, foram retiradas de seus domínios por meio de invasões e enfrentamentos, e para reconquistá-las, foram necessários várias movimentações e impasses migratórios (SANTOS, 2016; TRUKÁ, 2007; FLORENCIO, 2022).

O livro *No reino da Assunção reina Truká* (TRUKÁ, 2007) relata que a chegada dos colonizadores no litoral do Nordeste mudaria toda uma dinâmica social, cultural e territorial indígena, e indica que a principal causa desse processo seria a não aceitação de seus modos de vida, por parte dos povos invasores (europeus e descendentes).

Nesse contexto a Igreja teve sua influência no território Truká, pois membros religiosos edificaram um aldeamento Capuchinho durante o século XVIII, onde as marcas do trabalho de seus antepassados ainda estão impressas nas ruínas da antiga igreja, na ponta da ilha, local considerado como “morada sagrada de antepassados” pelos indígenas, onde estão sepultados seus entes queridos (Cemitério da Assunção). Muitos indígenas que, por algum motivo, estão distantes do território, ao descansarem (morrerem), retornam trazidos por familiares para este cemitério. Na área da retomada de 1999 foi construído um cemitério novo, para pessoas de outras famílias que passaram por um processo de luta territorial mais recente. Os Truká costumam dizer que, ao serem “plantados” em suas terras, nascerão novos guerreiros fortes para lutar pelo povo (TRUKÁ, 2007).

As disputas territoriais na ilha da Assunção marcaram as movimentações desse povo, uma vez que em todos os momentos históricos se viram frente a frente com conflitos.

Brigavam muitas vezes, porque, além das tentativas de invadir as terras, o gado comia a plantação dos índios e estes muito brabos começaram a comer o gado dos D’Ávila que deram parte ao Governo de Pernambuco e mandou tirar com o uso da força os índios das ilhas. Os índios reagiram e houve muitas guerras, mas, como só os Portugueses tinham armas de fogo, muitas vezes nossos antepassados foram vencidos (TRUKÁ, 2007, p. 17).

No século XVIII, as leis implantadas pelo Marquês de Pombal e pelas administrações seguintes tinham objetivos claros. “Para fazer valer a lei de terras de 1850, o Ministro da Agricultura ordenou a extinção de três aldeias do Vale do São Francisco” e, em 1872, foi a vez da de Assunção (TRUKÁ, 2007, p. 21).

As invasões não-indígenas, a apropriação da igreja e o gerenciamento pelo Estado por meio das firmas de Colonização e Reforma deixaram os indígenas Truká em situações de extrema dificuldade, levando-os a se abrigar em ilhas vizinhas, trabalhar em terras pertencentes a outras pessoas e até mesmo migrar para outras terras ou se dirigir para os centros urbanos.

Nesse sentido, observa-se que as migrações não são necessariamente desejadas por esses, aliada para alguns, inimiga para outros. Difíceis foram os anos em que os Truká precisaram ficar distantes de suas terras, ou nelas servindo de empregados dos posseiros, ou colonos do Estado (CERLIC, 2007; TRUKÁ, 2007; SANTOS, 2016; SANTOS, SILVA, OLIVEIRA, 2018; OLIVEIRA, 1998).

Autores apontam duas situações migratórias: as de natureza cotidiana, com “visitas” às cidades para buscar o que não encontram nas aldeias, surgindo assim uma ponte de migração, que tem por objetivo suprir necessidades secundárias à vida nas aldeias; e a outra situação é a busca da cidade como lugar de melhor acesso aos estudos, que, por muito tempo, não existia nos aldeamentos dos povos nativos. Os jovens eram levados à cidade com o fim de estudar e, segundo os mais velhos, terem um futuro melhor, uma vez que estes não tiveram acesso à educação escolar. “A migração familiar por motivos educacionais realça a importância que os pais dão à continuidade da escolarização dos filhos, bastante reduzida na terra indígena” (BRASIL, 2009, p. 536).

Esses novos contextos aos quais os indígenas Truká necessitam se ajustar propiciam novos instrumentos sociais para reagir às adversidades e vivenciar o sentido de territorialidade e identidade pelos espaços que os pertenciam e foram tomados. Em especial desde as últimas décadas do século XX, marcado pela luta territorial do povo Truká, processo social por alguns conhecido com etnogênese, para eles, são as “retomadas” (TRUKÁ, 2007; OLIVEIRA, 1998; SANTOS, 2016).

“Foi necessário reunir forças, trabalhar com os encantos e a geração dos filhos, filhas, netos e netas se uniram aos anciãos e desencadearam o processo de luta que

resultou na reconquista de todo o nosso território” (TRUKÁ, 2007, p. 30). Foram quatro retomadas na Ilha Grande (1981, 1994, 1995 e 1999), cada uma com sua especificidade. Atualmente, fora da Ilha de Assunção, os processos de retomadas estão sendo vivenciados por várias demandas, inclusive tamanho territorial insatisfatório para a quantidade de famílias que ali residem, ainda assim, a preservação é fato primordial da cultura indígena, como aparece na fala do Cacique Bertinho Truká:

O nosso território (...) tem aproximadamente 6.200 hectares (...) e o povo indígena sobrevive basicamente da agricultura familiar (...). Para nós, o território é sagrado, é nossa mãe, fonte de inspiração, de proteção, é a nossa conexão com a natureza, com o sagrado, com os nossos Encantados. (...) Se no mantemos isolados é porque sabemos que estamos protegidos das mazelas que o Estado brasileiro impõe. Os povos indígenas têm uma ótica diferente dos não-indígenas em relação à sobrevivência; nós temos uma ligação íntima com a natureza. Precisamos dela porque somos parte dela e sabemos que, sem ela, não há vida. As terras que ainda têm suas matas preservadas são os territórios que estão na mão dos indígenas e isso deve permanecer (In: FLORENCIO, R. R., 2021, p. 116).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações sempre fizeram parte das histórias de vida dos povos indígenas, uma vez que o seu próprio ambiente natural propiciava tal condição. Porém, ao longo do tempo essas dinâmicas foram se modificando devido a influências externas.

O conhecimento da mata é essencial para os indígenas, estes sabem onde conseguir alimentos, melhores lugares para dormir e beber água. O sedentarismo destas populações se deu em meio à necessidade do cuidado com as plantações, que eram desenvolvidas pelos mesmos e que serviam para a alimentação do grupo. O milho, a mandioca e a banana, por exemplo, são alimentos que demoram a ser colhidos e isso fazia com que estes interrompessem movimentos de migração, promovendo uma relativa fixação territorial.

As grandes civilizações ameríndias, das quais os povos indígenas sul-americanos descendem, demonstram, através dos achados históricos, o sedentarismo indígena em lugares com um conhecimento socioambiental invejável a qualquer civilização moderna. Porém, os rumos históricos levam esses a novas migrações, devido às invasões e dominações de seus territórios.

O indígena que migrou do seu território e de seus ancestrais por conta das invasões europeias para o interior do país, novamente se viu forçado nas missões Jesuítas a sair e fazer outros movimentos internos e interestaduais. Quando estes voltavam a seus territórios já não teriam seus espaços resguardados e outros atores começam a participar desse contexto, como é o caso dos coronéis, mais tarde denominados de posseiros, pelos indígenas no Nordeste. Nesse período, os Truká vivenciaram momentos amargos e ficaram expostos e vulneráveis aos mais fortes, apoiados pelas forças do Estado e da Igreja.

Um mundo com práticas desenvolvimentistas estava traçado para esses povos: trabalhar para comer, os trabalhos na firma do Estado e a migração a estados mais distantes como São Paulo, vivências em Ilha no meio da água, vivências em bairros periféricos, sem nenhum apoio e atenção do Estado eram sinais de abandono destas populações na década de 1960 a 90.

O Governo Brasileiro, nesse período, tentou de todas as formas introduzir políticas de integração na sociedade Truká, atendendo a uma política nacional e municipal no território Truká percebendo e registrando o interesse dos poderosos da cidade. No entanto, os movimentos de retomada territorial nas décadas de 1980, 90 e 2000 trazem novos ares para os Truká. As terras não eram reconquistadas todas de uma vez, mas as migrações estavam se dando de maneira positiva e a volta desse povo ao seu território sagrado traz novos resultados para o município de Cabrobó, que passa a ser reconhecido como maior produtor de arroz do Estado de Pernambuco. Atualmente, os Truká dinamizam suas produções agrícolas, participam de movimentos nacionais de luta pela terra e fortalecem seus laços culturais.

As migrações Truká continuam a ocorrer, uma vez que quem está no território não tem terra suficiente para a sua família, e os filhos desses que viveram a década de 1980 e 90 tentam viver em outros espaços, na sua grande maioria nos espaços urbanos. Porém, há também as formações de outros núcleos indígenas, as quais são também chamadas de retomadas novas, que vão se construindo ao longo do tempo e oportunizando a esses ter de fato no outro espaço de moradia condições para o fortalecimento e vivências culturais próprias, ampliando os movimentos sociais indígenas. Os indígenas que estão na cidade (ou desaldeados) costumam manter ligações diretas e constantes com os povos que estão

nas aldeias, pois suas famílias ou suas raízes familiares estão lá, esperando por cada volta que se consagra como migração ao território sagrado.

Por fim, é perfeitamente compreensível que as migrações Truká ainda aconteçam por questões naturais e também por necessidade de sobrevivência, porém muito ainda tem a ser estudado e compreendido sobre um povo que, com tantos movimentos de deslocamentos, teria tudo para dar errado do ponto de vista da reorganização étnico-social, mas conseguiu conviver e resguardar seus modos e tradições. É importante frisar que as lições são transpostas incansavelmente, em um ciclo grandioso de ensinamentos outros, marcados pela ancestralidade e o sentimento de pertencimento.

*Eu vou embora pra minha aldeia!  
Eu vou embora pra minha aldeia!  
Na minha aldeia, Ca boco vadeia,  
Na minha aldeia, Ca boco vadeia!  
(Cântico Truká).*

## REFERÊNCIAS

BONIN, I. Encarte Pedagógico V – **Jornal Porantim**, junho/julho 2015. <https://cimi.org.br/cosmovisao-indigena-e-modelo-de-desenvolvimento/>.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C; JANETE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. 1, p. 1-9, 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio - ago. 2011.

BRASIL, M. Cosmovisão Indígena e Modelo de Desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v.22, n. 57, p.531-546, set/dez. 2009.

CARVALHO, N. S. F. S.; CARDOSO, G. C. C.; FROTA, A. J. A. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável à luz da teoria econômica: trajetória, desafios e perspectivas. **Revista Econ. NE**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 156-167, jan./mar., 2022.

CARVALHO, R. F. O Diretório Pombalino”: legislação e liberdades indígenas na capitania do Siará Grande. **Sæculum – Revista de História**, v. 26, n. 44, p. 455-472, 2021.

CAVALCANTE, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista Histórica**, n. 2. (2001) Disponível em: <https://goo.gl/M2YGtV>. Acesso: 18/mar./2023.

GOMES, F. Migrações, populações indígenas e etnogênese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/6072>. Acesso: 18/mar./2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.60721>.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo, Edusp, 2001.

FLORÊNCIO, R. R.; ABIB, P. R. J. Os povos indígenas do Opará e a Educação Intercultural: uma etnografia crítica. **Revista Espaço Ameríndio**– UFRGS, ISSN 1982-6524, Volume 16, número 1, 2022.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

GALVÃO, E. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos brasileiros; v. 29).

GERLIC, S. (Ed.) **Índios na visão dos índios: Comunidade Truká**. Governo do Estado da Bahia. Salvador – BA. 2003.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista brasileira Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005.

MONTEIRO, J. M. 1995 “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONE, L. D. B. (org.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO.

OLIVEIRA, J. P. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Obstáculos e perspectivas**. In: **Índios do nordeste temas e problemas** (1998). <http://www.etnolinguistica.org/index:almeida-2002-indios>. Acesso: 18/mar./2023.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, jun. 2007.

SANTOS, C. A. B. **Padrões de Caça, Pesca e uso de animais silvestres pela etnia Truká no semiárido brasileiro**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Recife: Gráfica da UFRPE, 2016.

SANTOS, C. A. B., SILVA, E. H. O., OLIVEIRA, E. G. S., **História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido Brasileiro**. Paulo Afonso: SABEH, 2018. 274p.

SANTOS, A. A.; SANTOS, C. A. B. Narrativas, Superstições, Fantasias e Bichos. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 09. N. 01, p, 58-67, 2022.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudança. **Economia global e gestão**, v. 15, n. 1, p. 133-154, 2010.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TRUKÁ, C. B. Com a palavra, o Cacique. In: FLORENCIO, R. R. **Nossas Vozes Indígenas – professoras e professores Truká**. Editora Oxente. Petrolina, 2021.

TRUKÁ. Organização das professoras Truká, OPIT. **No Reino da Assunção, reina Truká**. Belo Horizonte: FALE/ UFMG: SECAD/MEC, 2007.

Revisado por Ana Maria de Amorim Viana, doutora em Letras, professora de Língua Portuguesa do IF Sertão Pernambucano - campus Petrolina.

Recebido em: 15/03/2023  
Parecer em: 12/06/2023  
Aprovado em: 03/08/2023